

Maria Sylvia Zanella
Di Pietro

DIREITO
ADMINISTRATIVO

34^a revista,
edição atualizada
e ampliada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

- Fechamento desta edição: 01.04.2021

- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
 Copyright © 2021 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
 Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
 Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
 www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

- Capa: Aurélio Corrêa

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

Di Pietro, Maria Sylvia Zanella

Direito administrativo / Maria Sylvia Zanella Di Pietro. – 34. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Inclui bibliografia
 ISBN 978-85-309-9333-7

1. Direito administrativo – Brasil. I. Título.

20-67871

CDU: 342.9(81)

Leandra Felix da Cruz Candido –Bibliotecária –CRB-7/6135

Sumário

Capítulo 1 – O Direito Administrativo.....	1
1.1 Formação do Direito Administrativo.....	1
1.2 Fundamentos filosóficos e constitucionais do Direito Administrativo.....	4
1.3 Contribuição do direito francês.....	7
1.4 Direito administrativo alemão.....	10
1.5 Direito administrativo italiano.....	12
1.6 Direito administrativo anglo-americano.....	13
1.7 Direito administrativo brasileiro.....	20
1.8 O Direito Administrativo brasileiro sob influência do direito estrangeiro: sistemas de base romanística, do <i>common law</i> e do direito comunitário europeu.....	22
1.9 Transformações do Direito Administrativo brasileiro.....	25
1.10 Objeto do Direito Administrativo.....	37
1.11 Métodos de estudo.....	40
1.11.1 Escola legalista, exegética, empírica ou caótica.....	40
1.11.2 O estudo do Direito Administrativo jurisprudencial.....	41
1.11.3 Direito Administrativo e Ciência da Administração.....	41
1.11.4 Critério técnico-científico de estudo do Direito Administrativo.....	42
1.12 Fontes do Direito Administrativo.....	42
1.13 Conceito de Direito Administrativo.....	54
1.13.1 Escola da <i>puissance publique</i>	54
1.13.2 Escola do serviço público.....	55
1.13.3 Critério do Poder Executivo.....	56
1.13.4 Critério das relações jurídicas.....	56
1.13.5 Critério teleológico.....	56
1.13.6 Critério negativo ou residual.....	57
1.13.7 Critério da distinção entre atividade jurídica e social do Estado.....	57
1.13.8 Critério da Administração Pública.....	58
1.13.9 Nossa definição.....	59
1.14 Direito administrativo emergencial.....	59
Capítulo 2 – Administração Pública.....	65
2.1 O vocábulo administração.....	65
2.2 A expressão Administração Pública.....	65
2.3 Administração pública e governo.....	66
2.3.1 Aspecto objetivo.....	66
2.3.2 Aspecto subjetivo.....	67
2.4 Administração pública em sentido estrito.....	69
2.5 Administração pública em sentido objetivo.....	69
2.6 Administração pública em sentido subjetivo.....	71

5.5	Meios de atuação	138
5.6	Características	139
5.7	Limites	141
Capítulo 6 – Restrições do Estado sobre a Propriedade Privada		145
6.1	Evolução	145
6.2	Modalidades.....	145
6.3	Fundamento.....	146
6.4	Função social da propriedade.....	148
6.5	Limitações administrativas	150
6.6	Ocupação temporária	152
6.7	Requisição administrativa.....	154
6.8	Tombamento.....	156
6.8.1	Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional	156
6.8.2	Conceito e características	157
6.8.3	Objeto.....	158
6.8.4	Modalidades	158
6.8.5	Procedimento.....	159
6.8.6	Efeitos.....	161
6.8.7	Natureza jurídica	163
6.9	Servidão administrativa	164
6.9.1	Servidão na teoria geral do direito	164
6.9.2	Servidão de direito privado e de direito público	164
6.9.3	Servidão administrativa e limitação administrativa	165
6.9.4	Conceito.....	166
6.9.5	Forma de constituição.....	166
6.9.6	Extinção	167
6.9.7	Direito à indenização	168
6.9.8	Modalidades.....	168
6.9.8.1	Servidão sobre terrenos marginais.....	169
6.9.8.2	Servidão a favor das fontes de água mineral, termal ou gasosa e dos recursos hídricos	169
6.9.8.3	Servidão sobre prédios vizinhos de obras ou imóvel pertencente ao patrimônio histórico e artístico nacional.....	169
6.9.8.4	Servidão em torno de aeródromos e heliportos.....	169
6.9.8.5	Servidão militar	170
6.9.8.6	Servidão de aqueduto	170
6.9.8.7	Servidão de energia elétrica.....	170
6.10	Desapropriação.....	171
6.10.1	Evolução no direito brasileiro.....	171
6.10.2	Conceito.....	172
6.10.3	Modalidades de desapropriação sancionatória	173
6.10.4	Procedimento.....	175
6.10.5	Sujeitos ativo e passivo	180
6.10.6	Pressupostos	181
6.10.7	Objeto.....	182
6.10.8	Indenização	183
6.10.9	Natureza jurídica	188
6.10.10	Imissão provisória na posse	189

XXIV DIREITO ADMINISTRATIVO - DiPietro

6.10.11	Destino dos bens desapropriados.....	191
6.10.12	Desapropriação indireta.....	193
6.10.13	Retrocessão.....	196
Capítulo 7	Atos Administrativos	205
7.1	Fatos da administração.....	205
7.2	Atos da administração.....	205
7.3	Origem da expressão	206
7.4	Conceito	207
7.5	Ato administrativo e produção de efeitos jurídicos.....	210
7.6	Atributos.....	210
7.6.1	Presunção de legitimidade e veracidade.....	210
7.6.2	Imperatividade.....	212
7.6.3	Autoexecutoriedade	212
7.6.4	Tipicidade	213
7.7	Elementos.....	214
7.7.1	Sujeito.....	214
7.7.2	Objeto.....	217
7.7.3	Forma	217
7.7.4	Finalidade	220
7.7.5	Motivo.....	220
7.8	Discricionariedade e vinculação.....	221
7.8.1	Conceito.....	221
7.8.2	Justificação.....	222
7.8.3	Âmbito de aplicação da discricionariedade.....	222
7.8.4	Legalidade e mérito do ato administrativo	225
7.8.5	Limites da discricionariedade e controle pelo Poder Judiciário.....	228
7.9	Classificação.....	229
7.10	Atos administrativos em espécie.....	233
7.10.1	Quanto ao conteúdo.....	233
7.10.1.1	Autorização.....	233
7.10.1.2	Licença.....	235
7.10.1.3	Admissão.....	235
7.10.1.4	Permissão.....	236
7.10.1.5	Aprovação	236
7.10.1.6	Homologação.....	237
7.10.1.7	Parecer.....	237
7.10.1.8	Visto.....	239
7.10.2	Quanto à forma.....	239
7.10.2.1	Decreto	239
7.10.2.2	Resolução e portaria	240
7.10.2.3	Circular.....	240
7.10.2.4	Despacho.....	240
7.10.2.5	Alvará.....	241
7.11	Extinção.....	241
7.11.1	Modalidades.....	241
7.11.2	Anulação ou invalidação	241
7.11.2.1	Conceito, efeitos e natureza	241
7.11.2.2	Vícios: peculiaridades no Direito Administrativo.....	244
7.11.2.3	Vícios relativos ao sujeito.....	245

7.11.2.4	Vícios relativos ao objeto.....	246
7.11.2.5	Vícios relativos à forma.....	247
7.11.2.6	Vícios quanto ao motivo.....	247
7.11.2.7	Vícios relativos à finalidade.....	247
7.11.2.8	Consequências decorrentes dos vícios.....	248
7.11.2.9	Atos administrativos nulos e anuláveis.....	249
7.11.2.10	Convalidação.....	250
7.11.2.11	Confirmação.....	252
7.11.3	Revogação.....	252
Capítulo 8 – Contrato Administrativo.....		259
8.1	Contratos da administração.....	259
8.2	Divergências doutrinárias.....	259
8.3	O contrato administrativo como espécie do gênero contrato.....	261
8.4	Traços distintivos entre o contrato administrativo e o contrato de direito privado.....	262
8.5	Direito positivo.....	265
8.5.1	Normas constitucionais.....	265
8.5.2	Legislação ordinária.....	265
8.6	Características dos contratos administrativos.....	268
8.6.1	Presença da Administração Pública como Poder Público.....	268
8.6.2	Finalidade pública.....	268
8.6.3	Obediência à forma prescrita em lei.....	268
8.6.3.1	Dos prazos contratuais e sua prorrogação.....	270
8.6.3.2	Do recebimento do objeto do contrato.....	274
8.6.3.3	Dos pagamentos.....	274
8.6.4	Procedimento legal.....	275
8.6.5	Contrato de adesão.....	276
8.6.6	Natureza <i>intuitu personae</i>	276
8.6.7	Presença das cláusulas exorbitantes.....	277
8.6.7.1	Exigência de garantia.....	277
8.6.7.2	Alteração unilateral.....	278
8.6.7.3	Rescisão ou extinção unilateral.....	280
8.6.7.4	Fiscalização.....	282
8.6.7.5	Aplicação de penalidades.....	282
8.6.7.6	Anulação.....	286
8.6.7.7	Retomada do objeto.....	288
8.6.7.8	Restrições ao uso da <i>exceptio non adimpleti contractus</i>	289
8.6.8	Mutabilidade.....	290
8.6.8.1	Álea administrativa: alteração unilateral do contrato.....	292
8.6.8.2	Álea administrativa: fato do príncipe.....	293
8.6.8.3	Álea administrativa: fato da administração.....	294
8.6.8.4	Álea econômica: teoria da imprevisão.....	296
8.7	Rescisão ou extinção do contrato administrativo.....	300
8.8	Meios alternativos de resolução de controvérsias.....	302
8.9	Modalidades de contratos administrativos.....	303
8.9.1	Concessão.....	303
8.9.1.1	Conceito e modalidades.....	303
8.9.1.2	Natureza jurídica.....	305
8.9.1.3	Concessão de serviço público.....	306
8.9.1.3.1	Evolução.....	306

	8.9.1.3.2	Conceito e características.....	308
	8.9.1.3.3	Concessão, permissão e autorização de serviço público ...	316
	8.9.1.4	Parcerias público-privadas.....	318
	8.9.1.4.1	Direito positivo.....	318
	8.9.1.4.2	Conceito e modalidades.....	320
	8.9.1.4.3	Concessão patrocinada.....	321
	8.9.1.4.4	Concessão administrativa.....	324
	8.9.1.4.5	Traços comuns à concessão patrocinada e à concessão administrativa.....	326
	8.9.1.4.6	Da licitação.....	329
	8.9.1.4.7	Procedimento de manifestação de interesse.....	333
	8.9.1.4.8	Normas aplicáveis apenas à União.....	336
	8.9.1.5	Concessão de obra pública.....	340
	8.9.1.6	Concessão de uso.....	341
	8.9.2	Contratos de obra pública e de prestação de serviços.....	341
	8.9.2.1	Empreitada.....	345
	8.9.2.2	Administração contratada.....	346
	8.9.2.3	Tarefa.....	347
	8.9.2.4	Serviços de publicidade.....	347
	8.9.3	Contrato de fornecimento.....	348
	8.10	Programa de Parcerias de Investimentos – PPI.....	350
	8.11	Contrato de desempenho e contrato de gestão.....	351
	8.12	Convênio.....	354
	8.13	Consórcio administrativo.....	360
	8.14	Terceirização.....	361
	8.15	Contratos em regime diferenciado de contratação (RDC).....	368
	8.15.1	Regime jurídico.....	368
	8.15.2	Regime de contratação integrada.....	369
	8.15.3	Convocação para assinatura do contrato.....	370
	8.15.4	Remuneração variável.....	370
	8.15.5	Contratações simultâneas.....	371
	Capítulo 9 – Licitação.....		383
	9.1	Conceito.....	383
	9.2	Direito positivo.....	384
	9.3	Princípios.....	386
	9.3.1	Princípio da igualdade.....	387
	9.3.2	Princípio da legalidade.....	392
	9.3.3	Princípio da impessoalidade.....	393
	9.3.4	Princípio da moralidade e da probidade.....	393
	9.3.5	Princípio da publicidade.....	393
	9.3.6	Princípio da vinculação ao instrumento convocatório.....	394
	9.3.7	Princípio do julgamento objetivo.....	394
	9.3.8	Princípio da adjudicação compulsória.....	395
	9.3.9	Princípio da ampla defesa.....	395
	9.3.10	Princípio da licitação sustentável.....	396
	9.4	Obrigatoriedade de licitação.....	399
	9.5	Dispensa e inexigibilidade.....	399
	9.6	Modalidades.....	414
	9.6.1	Concorrência.....	418

9.6.2	Tomada de preços.....	418
9.6.3	Convite.....	420
9.6.4	Concurso	421
9.6.5	Leilão.....	421
9.6.6	Pregão.....	421
9.6.7	Regime Diferenciado de Contratação (RDC).....	422
9.7	Procedimento	423
9.7.1	Procedimento da concorrência.....	424
9.7.1.1	Edital.....	424
9.7.1.2	Habilitação	426
9.7.1.3	Classificação.....	429
9.7.1.4	Homologação.....	432
9.7.1.5	Adjudicação	432
9.7.2	Procedimento da tomada de preços.....	433
9.7.3	Procedimento do convite.....	433
9.7.4	Procedimento do concurso	434
9.7.5	Procedimento do leilão.....	434
9.7.6	Procedimento do pregão	434
9.7.7	Procedimento para contratação de serviços de publicidade.....	438
9.8	Sistema de registro de preços.....	440
9.9	Anulação e revogação.....	445
9.10	Recursos administrativos.....	446
9.11	Licitação no Regime Diferenciado de Contratação (RDC).....	448
9.11.1	Direito positivo.....	448
9.11.2	Principais inovações.....	449
9.11.3	Objetivos da licitação.....	449
9.11.4	Princípios da licitação.....	450
9.11.5	Restrições à publicidade do orçamento estimado.....	450
9.11.6	Comissão de licitação.....	451
9.11.7	Procedimento da licitação.....	451
9.11.8	Procedimentos auxiliares das licitações.....	460
9.11.9	Pedidos de esclarecimento, impugnações e recursos.....	466
9.11.10	Sanções.....	467
9.12	Regime jurídico das licitações na nova Lei de Licitações – Lei nº 14.133/21.....	468
9.12.1	Disposições preliminares – âmbito de aplicação da nova Lei de Licitações – Lei nº 14.133/21.....	468
9.12.2	Princípios.....	468
9.12.3	Agentes públicos.....	469
9.12.4	Modalidades de licitação.....	470
9.12.5	Do processo licitatório.....	473
9.12.6	Fases do processo de licitação.....	476
9.12.7	Primeira fase: preparatória.....	477
9.12.8	Segunda fase: a publicação do edital de licitação.....	480
9.12.9	Terceira fase: apresentação de propostas e lances	483
9.12.10	Quarta fase: julgamento.....	484
9.12.11	Quinta fase: habilitação	488
9.12.12	Sexta fase: recursal.....	492
9.12.13	Sétima fase: homologação.....	493
9.12.14	Contratação direta.....	494
9.12.15	Dos instrumentos auxiliares	498

XXVIII DIREITO ADMINISTRATIVO - Di Pietro

9.12.16	Controle das contratações	505
9.12.17	Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP	508
9.12.18	Disposições finais e transitórias	509
Capítulo 10 – Administração Indireta		531
10.1	Descentralização	531
10.1.1	Descentralização e desconcentração	531
10.1.2	Descentralização política e administrativa	531
10.1.3	Modalidades de descentralização administrativa	532
10.1.3.1	Descentralização territorial	532
10.1.3.2	Descentralização por serviços	532
10.1.3.3	Descentralização por colaboração	534
10.1.4	Evolução	535
10.1.5	A descentralização administrativa no direito positivo brasileiro	536
10.1.5.1	A confusão do legislador	536
10.1.5.2	A expressão Administração Indireta na Constituição	538
10.2	Entidades da Administração Indireta	539
10.2.1	Modalidades e natureza jurídica	539
10.2.2	Regime jurídico	540
10.3	Autarquias	543
10.3.1	O vocábulo autarquia	543
10.3.2	Evolução no direito brasileiro	544
10.3.3	Conceito e características	545
10.3.4	Posição perante a Administração Pública e terceiros	546
10.3.5	Classificação	546
10.4	Fundação	548
10.4.1	Natureza jurídica e conceito	548
10.4.2	Fundação de direito privado	550
10.4.3	Direito positivo brasileiro	552
10.4.4	Fundação de direito público	555
10.5	Empresas estatais	556
10.5.1	Alcance da expressão	556
10.5.2	Distinção quanto ao tipo de atividade	557
10.5.3	Sociedade de economia mista, empresa pública e subsidiárias	559
10.5.3.1	Estatuto jurídico	559
10.5.3.2	Conceito legal	562
10.5.3.3	Traços comuns	565
10.5.3.4	Traços distintivos	568
10.5.3.5	Regime jurídico	571
10.5.3.6	Órgãos de Administração	572
10.5.3.7	Função social	574
10.5.3.8	Responsabilidade e controle interno	575
10.5.3.9	Licitação	577
10.5.3.10	Contratos	581
10.5.3.11	Fiscalização	582
10.6	Normas comuns às entidades da Administração Indireta	583
10.7	Privilégios próprios das autarquias e fundações públicas	589
10.8	Natureza jurídica dos bens das entidades da Administração Indireta	590
10.9	Agências	592
10.9.1	Considerações gerais	592

10.9.2	Agência executiva.....	594
10.9.3	Agência reguladora	595
10.10	Consórcio público.....	603
10.10.1	Considerações gerais.....	603
10.10.2	Conceito e natureza jurídica.....	605
10.10.3	Constituição, alteração e extinção do consórcio	607
10.10.4	Contratos de rateio.....	610
10.10.5	Contratos de programa e convênios de cooperação.....	610
10.11	Controle administrativo ou tutela das entidades da Administração Indireta.....	612
Capítulo 11 – Entidades Paraestatais e Terceiro Setor		625
11.1	A expressão entidade paraestatal.....	625
11.2	Aproximação entre entidades paraestatais e terceiro setor.....	627
11.3	As entidades paraestatais no direito positivo.....	631
11.4	Serviços sociais autônomos	633
11.5	Entidades de apoio.....	635
11.6	Organizações sociais.....	640
11.7	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.....	647
11.8	Organizações da Sociedade Civil.....	651
11.8.1	Abrangência da Lei nº 13.019/14.....	651
11.8.2	Do termo de colaboração, do termo de fomento e do acordo de cooperação.....	653
11.8.3	Do chamamento público.....	654
11.8.3.1	Providências preliminares.....	654
11.8.3.2	Procedimento do chamamento público.....	654
11.8.3.3	Dispensa e inexigibilidade do chamamento público.....	656
11.8.4	Da celebração do termo de colaboração e do termo de fomento.....	657
11.8.5	Das vedações	659
11.8.6	Das contratações realizadas pelas organizações da sociedade civil.....	659
11.8.7	Medidas moralizadoras.....	659
Capítulo 12 – Órgãos Públicos.....		669
12.1	Teorias sobre as relações do Estado com os agentes públicos.....	669
12.2	Conceito	670
12.3	Natureza	671
12.4	Classificação.....	671
Capítulo 13 – Servidores Públicos.....		675
13.1	Terminologia.....	675
13.2	Agentes públicos.....	675
13.2.1	Agentes políticos.....	676
13.2.2	Servidores públicos	678
13.2.3	Militares.....	681
13.2.4	Particulares em colaboração com o Poder Público.....	684
13.3	Cargo, emprego e função	684
13.4	Normas constitucionais.....	686
13.4.1	Regime jurídico do servidor	686
13.4.2	Direito de acesso aos cargos, empregos e funções públicas.....	688
13.4.3	Condições de ingresso.....	688
13.4.4	Sistema remuneratório dos servidores públicos.....	694
13.4.4.1	Normas constitucionais pertinentes à remuneração ou vencimento.....	695

13.4.4.2	Regime de subsídios.....	698
13.4.4.2.1	Agentes públicos em regime de subsídio.....	699
13.4.4.2.2	Competência para fixação e alteração dos subsídios.....	700
13.4.4.2.3	Subsídios para os servidores organizados em carreira.....	700
13.4.4.3	Normas comuns à remuneração e aos subsídios	701
13.4.4.3.1	Fixação e alteração da remuneração e do subsídio.....	701
13.4.4.3.2	Teto das remunerações e subsídios.....	702
13.4.4.3.3	Irredutibilidade de remuneração e subsídio.....	707
13.4.5	Direito de greve e de livre associação sindical.....	708
13.4.6	Proibição de acumulação de cargos	711
13.4.7	Aposentadoria e pensão.....	714
13.4.7.1	Regime previdenciário.....	714
13.4.7.2	Princípios da reforma previdenciária.....	716
13.4.7.3	Regimes previdenciários diferenciados.....	720
13.4.7.4	Modalidades de aposentadoria.....	725
13.4.7.5	Cálculo dos proventos dos servidores federais	731
13.4.7.6	Regime previdenciário dos servidores estaduais, distritais e municipais	735
13.4.7.7	Valor dos proventos de aposentadoria voluntária dos servidores estaduais, distritais e municipais	737
13.4.7.8	Pensão por morte do servidor	739
13.4.7.9	Previdência complementar	742
13.4.7.10	Contagem de tempo para aposentadoria.....	744
13.4.8	Estabilidade.....	745
13.4.9	Afastamento para exercício de mandato eletivo.....	749
13.4.10	Direitos sociais.....	749
13.4.11	Limites de despesa com pessoal	750
13.4.12	Limites decorrentes da Emenda Constitucional nº 95/16.....	753
13.5	Provimento e investidura	756
13.6	Vacância.....	760
13.7	Direitos e deveres.....	760
13.8	Responsabilidade.....	763
13.8.1	Responsabilidade civil.....	764
13.8.2	Responsabilidade administrativa	766
13.8.3	Responsabilidade penal	768
13.8.4	Comunicabilidade de instâncias.....	770
Capítulo 14	Processo Administrativo	785
14.1	Processos estatais	785
14.2	Processo administrativo.....	786
14.3	Processo e procedimento	786
14.4	Modalidades.....	787
14.5	Processo administrativo eletrônico	790
14.6	Princípios	791
14.6.1	Princípio da publicidade.....	792
14.6.2	Princípio da oficialidade.....	792
14.6.3	Princípio da obediência à forma e aos procedimentos.....	793
14.6.4	Princípio da gratuidade	794
14.6.5	Princípio da ampla defesa e do contraditório.....	794
14.6.6	Princípio da atipicidade.....	796

14.6.7	Princípio da pluralidade de instâncias.....	797
14.6.8	Princípio da economia processual.....	798
14.6.9	Princípio da participação popular.....	798
14.7	Processo administrativo disciplinar	800
14.8	Processo sumário	802
14.8.1	Sindicância	802
14.8.2	Verdade sabida	803
Capítulo 15 – Responsabilidade Extracontratual do Estado.....		807
15.1	Delimitação do tema.....	807
15.2	Evolução.....	807
15.2.1	Teoria da irresponsabilidade	808
15.2.2	Teorias civilistas	809
15.2.3	Teorias publicistas	809
15.3	Direito positivo brasileiro	811
15.4	Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade	814
15.5	Responsabilidade do estado por omissão	816
15.6	Responsabilidade do Estado por danos decorrentes de leis e regulamentos	818
15.7	Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais	822
15.8	Reparação do dano	824
Capítulo 16 – Bens Públicos.....		833
16.1	Evolução.....	833
16.2	Classificação.....	833
16.3	Bens do domínio público do Estado	835
16.3.1	Conceito	835
16.3.2	Natureza jurídica	837
16.3.3	Modalidades.....	837
16.3.4	Regime jurídico.....	838
16.4	Bens do domínio privado do Estado ou bens dominicais	839
16.4.1	Conceito	839
16.4.2	Características	840
16.4.3	Regime jurídico.....	840
16.5	Alienação.....	844
16.5.1	Alienação dos bens de uso comum e de uso especial	844
16.5.2	Alienação dos bens dominicais	845
16.6	Uso de bem público por particular	849
16.6.1	Uso normal e uso anormal	850
16.6.2	Uso comum	850
16.6.3	Uso privativo	852
16.6.3.1	Conceito e características	852
16.6.3.2	Instrumentos estatais de outorga de uso privativo	853
16.6.3.3	Autorização, permissão e concessão	854
16.6.3.4	Uso privativo de bens imóveis da União.....	858
16.6.3.5	Tutela do uso privativo	865
16.7	Formação do patrimônio público	867
16.8	Bens públicos em espécie.....	870
16.8.1	Direito positivo	870
16.8.2	Terrenos reservados	871
16.8.3	Terrenos de marinha e seus acréscidos.....	873

XXXII DIREITO ADMINISTRATIVO · Di Pietro

16.8.4	Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.....	874
16.8.5	Terras devolutas.....	875
16.8.5.1	Evolução da propriedade rural no Brasil.....	875
16.8.5.2	Conceito e natureza jurídica.....	877
16.8.5.3	Titularidade.....	879
16.8.5.4	Processo de discriminação.....	879
16.8.6	Faixa de fronteira.....	880
16.8.7	Ilhas.....	881
16.8.8	Águas públicas.....	881
16.8.9	Minas e jazidas.....	884
16.8.9.1	Conceito.....	884
16.8.9.2	Sistemas de exploração e aproveitamento das jazidas.....	884
16.8.9.3	Evolução no direito brasileiro.....	885
16.8.9.4	Sistema atual.....	885
Capítulo 17 – Controle da Administração Pública.....		895
17.1	Conceito e abrangência.....	895
17.2	Espécies.....	896
17.3	Controle administrativo.....	897
17.3.1	Conceito e alcance.....	897
17.3.2	Recursos administrativos.....	898
17.3.2.1	Conceito, efeitos e fundamento.....	898
17.3.2.2	Modalidades.....	899
17.3.2.3	Coisa julgada administrativa.....	904
17.3.2.4	Prescrição administrativa.....	905
17.4	Controle legislativo.....	906
17.4.1	Alcance.....	906
17.4.2	Controle político.....	907
17.4.3	Controle financeiro.....	908
17.5	Controle judicial.....	910
17.5.1	Sistema de unidade de jurisdição.....	910
17.5.2	Limites.....	910
17.5.3	Controle judicial das políticas públicas.....	911
17.5.3.1	Conceito de políticas públicas e competência para sua definição e execução.....	911
17.5.3.2	Controle das políticas públicas pelo Poder Judiciário.....	913
17.5.4	A Administração Pública em juízo.....	917
17.5.5	Meios de controle.....	930
17.5.5.1	<i>Habeas corpus</i>	930
17.5.5.2	<i>Habeas data</i>	931
17.5.5.3	Mandado de injunção.....	934
17.5.5.3.1	Controvérsias quanto à origem.....	934
17.5.5.3.2	Objeto do mandado de injunção.....	935
17.5.5.3.3	A solução adotada pela Lei nº 13.300/16.....	937
17.5.5.3.4	Pressupostos.....	938
17.5.5.3.5	Mandado de injunção individual ou coletivo.....	938
17.5.5.3.6	Anotações quanto ao processo.....	939
17.5.5.3.7	Competência para julgamento.....	941
17.5.5.4	Mandado de segurança individual.....	941
17.5.5.4.1	Origem.....	941

17.5.5.4.2	Conceito e pressupostos.....	942
17.5.5.4.3	Restrições.....	946
17.5.5.4.4	Anotações quanto ao processo.....	949
17.5.5.4.5	Prazo.....	954
17.5.5.5	Mandado de segurança coletivo.....	955
17.5.5.6	Ação popular.....	958
17.5.5.6.1	Evolução.....	958
17.5.5.6.2	Conceito e pressupostos.....	959
17.5.5.6.3	Sujeito ativo e passivo.....	962
17.5.5.6.4	Posição do Ministério Público.....	963
17.5.5.6.5	Objeto.....	964
17.5.5.6.6	Anotações quanto ao processo.....	964
17.5.5.7	Ação civil pública.....	965
17.5.5.7.1	Origem e evolução.....	965
17.5.5.7.2	Comparação com ação popular e mandado de segurança coletivo.....	967
17.5.5.7.3	Pressupostos e conceito.....	967
17.5.5.7.4	Sujeito ativo e passivo.....	968
17.5.5.7.5	Funções do Ministério Público.....	969
17.5.5.7.6	Objeto.....	969
17.5.5.7.7	Anotações quanto ao processo.....	970
Capítulo 18 ~ Improbidade Administrativa.....		981
18.1	Legalidade, moralidade e probidade.....	981
18.2	Evolução no direito positivo.....	983
18.3	Lei de Improbidade Administrativa.....	986
18.3.1	Competência para legislar sobre improbidade administrativa em função da natureza do ilícito e da sanção cabível.....	986
18.3.2	Concomitância de instâncias penal, civil e administrativa.....	988
18.3.3	Elementos constitutivos do ato de improbidade administrativa.....	988
18.3.3.1	Sujeito passivo.....	988
18.3.3.2	Sujeito ativo.....	989
18.3.3.3	Ocorrência de ato danoso.....	994
18.3.3.4	Elemento subjetivo: dolo ou culpa.....	997
18.3.4	Sanções.....	997
18.3.5	Procedimento administrativo.....	1000
18.3.6	Ação judicial de improbidade administrativa.....	1000
Capítulo 19 – Responsabilidade das Pessoas Jurídicas pela Prática de Atos Danosos Contra a Administração Pública.....		1009
19.1	Da Lei Anticorrupção.....	1009
19.2	Dos requisitos da responsabilização.....	1010
19.3	Responsabilização administrativa.....	1013
19.4	Do processo administrativo de responsabilização.....	1014
19.5	Do acordo de leniência.....	1015
19.6	Da responsabilização judicial.....	1018
19.7	Dosimetria das sanções.....	1019
19.8	Da cumulatividade de sanções.....	1021
19.9	Do Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.....	1022

XXXIV DIREITO ADMINISTRATIVO · Di Pietro

Capítulo 20 – Arbitragem, Mediação e Autocomposição de Conflitos na Administração Pública.....	1025
20.1 Direito positivo.....	1025
20.2 A arbitragem na Administração Pública.....	1027
20.2.1 Das controvérsias doutrinárias.....	1027
20.2.2 Inovações da Lei nº 13.129, de 26-5-15, quanto à arbitragem na Administração Pública.....	1029
20.2.3 Direitos patrimoniais disponíveis.....	1030
20.2.4 Previsão de contratos de direito privado na Lei nº 8.666/93 e na nova Lei de Licitações Lei nº 14.133/21.....	1032
20.2.5 Matérias que podem ser submetidas à arbitragem.....	1032
20.2.6 Competência para autorizar a arbitragem.....	1033
20.2.7 Arbitragem de direito.....	1035
20.2.8 Conflito entre sigilo e publicidade.....	1035
20.3 Mediação.....	1036
20.4 Autocomposição de conflitos em que for parte pessoa jurídica de direito público.....	1037
20.4.1 Conceito e alcance.....	1037
20.4.2 Medidas de autocomposição de conflitos.....	1038
Bibliografia.....	1045
Índice Remissivo.....	1055